

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 13 DE JULHO DE 2015

NÚMERO 6.855

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
José Milton Scheffer  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Cesar Valduga  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Publicações Diversas</b></p> <p>Audiência Pública..... 2</p> <p>Aviso de Licitação ..... 11</p> <p>Extrato..... 11</p> <p>Lei Complementar..... 11</p> <p>Portarias..... 12</p>
--	--	--

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A TEMÁTICA "DOIS ANOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA", REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2015, ÀS 19H, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS VIVIAN TAMAI** - Senhores Deputados, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-noite.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos requerida pela excelentíssima Deputada Luciane Carminatti para avaliar e discutir os dois anos da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

Convidamos para tomar assento à mesa dos trabalhos: o Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; a Deputada Estadual Luciane Carminatti, proponente da audiência pública; o Presidente da Câmara de Vereadores de Aranguá, Vereador Rony da Silva, representando os Vereadores presentes; a Conselheira da Associação Juizes para a Democracia, Angela Maria Konrath, representando a presidente da Associação dos Juizes para a Democracia, Dora Aparecida Martins de Moraes; a Vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Marta Beatriz Tedesco Zanchi; a Defensora Pública Federal, Mariana Doering Zamprogn, representando a Defensoria Pública da União; o Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina (Adepesc), João Joffily Coutinho; o Presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (Asdpesc), José Pedro de Oliveira Rossés. (Palmas.)

Registramos a presença da presidente da Comissão de Direitos Humanos no Conselho Regional de Psicologia, Iara Maria Moreira de Farias; do Vereador de Canoinhas, João Grein, representando o Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Gilmar Martins; do Padre Ney Brasil Pereira, da Pastoral Carcerária de Florianópolis; do assessor parlamentar Osvaldo da Cruz Junior, representando o Deputado Estadual Gean Loureiro.

Com a palavra o excelentíssimo Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para a condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Dirceu Dresch)** - Boa-noite a todos. Quero saudar todos vocês pela presença aqui nesta noite. Quero cumprimentar e parabenizar a Deputada Luciane que fez o requerimento para a realização desta audiência pública pela nossa Comissão, que felizmente este ano tenho a oportunidade de presidir. A Comissão de Direitos Humanos, desta Casa, era presidida pela Deputada

Luciane Carminatti no ano passado. Hoje a Deputada é líder na nossa bancada. E cumprimentar todas as lideranças que já foram citadas, a Defensoria Pública do Estado, da União, Vereadores e demais lideranças que estão aqui.

A nossa Comissão com pouco tempo de trabalho já está com um conjunto de temas em debate, está com inúmeras discussões. Uma delas é a situação dos adolescentes em conflito com a lei. Vem aí o tema da redução da maioridade penal que vem muito forte, esse é um grande debate feito no Congresso Nacional, que traz, inclusive, alguns temas extremamente polêmicos, alguns temas antigos que eu imaginava que já eram passado, como a 4330, no projeto da terceirização, e tantos outros. Também tem a situação da imigração principalmente dos haitianos, sobre a qual teremos uma audiência pública dia 24 deste mês, inclusive vou deixar o convite para a coordenação da Defensoria Pública participar dessa audiência. A Comissão também está participando do lançamento de um livro que trata do tema da reforma agrária durante o Golpe Militar no Brasil, as suas controvérsias, do professor Gert Schinke; a Comissão está participando do lançamento desse livro debatendo esse tema agrário da história agrária do nosso Estado. E tantos outros... A criação aqui - inclusive várias pessoas aqui estão participando do debate - do Comitê de Combate à Tortura no nosso Estado, que não temos ainda, e a questão de mecanismos de combate à tortura, que o Estado de Santa Catarina está muito atrasado. Então, são inúmeros temas.

Antes de passar a palavra para a Deputada Luciane Carminatti para coordenar esta audiência pública, como é de costume na nossa Casa - ao menos na Comissão, o Deputado ou a Deputada proponente coordena a audiência pública -, quero dizer que vou participar da audiência. Atuo há muitos anos nesta Casa, estou no terceiro mandato, e muitos que estão aqui eu já vi nas audiências públicas com a comunidade catarinense, com as universidades, com as organizações na luta pela criação da Defensoria Pública.

Em Santa Catarina foi muito difícil a criação da Defensoria Pública; teve que ter uma posição, inclusive, do Supremo Tribunal Federal. Nós estamos num Estado, com certeza, que precisamos fazer grandes debates, grandes mobilizações para que a população especialmente a de baixa renda tenha também o seu direito ao acesso à Justiça. Então, eu quero registrar essa minha preocupação e o meu apoio pelos já dois anos de criação da Defensoria Pública.

Tivemos ainda ontem uma posição importante aqui nesta Casa que aprovou a abertura de cargos na Defensoria Pública, principalmente no setor de administração. E temos aqui, Deputada, além do projeto que foi aprovado ontem por esta Casa, um projeto que estipula políticas do fundo da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina que está para ser analisado, inclusive eu pedi vistas para conhecer bem o projeto, e terça-feira que vem nós vamos estar debatendo e possivelmente aprovando na Comissão de Finanças.

Quero agradecer e parabenizar todos vocês - quem não é da Defensoria Pública - mas é apoiador, lutador. Nós que estamos aqui temos a responsabilidade hoje dentro deste Parlamento, de trabalhar diariamente pelo tema Defensoria Pública, aprovando leis para o seu fortalecimento.

Então, quero cumprimentar todos vocês e de imediato passo a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti que em seguida irá presidir esta audiência pública.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Boa-noite, é uma alegria muito grande dois anos de Defensoria Pública. Uma história, um filme, não é, Vinícius? Vai passando na nossa cabeça. Eu vejo aqui o Ronaldo também que tantas vezes a gente discutiu a criação da Defensoria.

Eu quero que todos vocês se sintam muito bem acolhidos nesta Casa de Leis que também é uma Casa de direitos de construção de políticas públicas. Tenho certeza, Deputado Dirceu, que esse é o espírito da política. Nós somos dois parlamentares que estamos aqui na defesa cotidiana da Defensoria Pública e entendemos que a política é sim um instrumento também de transformação social contra todo um pensamento conservador hoje que quer negar a política e que quer trazer de volta mecanismos autoritários, opressores, ditatoriais pelo uso da força, tornando não uma sociedade democrática dos brasileiros, mas quem passa a decidir os rumos é a mídia como um partido maior que decide quem tem direito à verdade, à justiça e às políticas públicas. Nós construímos política porque entendemos que pela nossa ação nós podemos fazer diferente.

Eu quero, dessa forma, cumprimentar todos que aqui estão, lideranças religiosas, comunitárias, sociais, políticas, e também cumprimentar o meu colega Deputado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Eu diria, Deputado, que terá muitas alegrias nesta Comissão. Eu a presidi durante quatro anos e aprendi muito também, porque acolher para dentro do Parlamento a voz das minorias, nós crescemos muito como ser humano, nos humanizamos. Esta Comissão tem essa capacidade, ao mesmo tempo que a gente traz a voz para cá, a gente também se resignifica na nossa atuação parlamentar. Então, eu agradeço também pela condução dessa audiência e que o nosso colega Deputado fique à vontade para participar conosco e propor ações. *(Cumprimenta as autoridades já nominadas.)*

Eu gostaria de fazer um breve histórico desse período de dois anos e, muito antes dos dois anos, do que nós fizemos até chegar à lei aprovada nesta Casa. Eu gostaria que a minha assessoria colocasse aqui à frente, se vocês me permitem, um quadro que eu tive a honra de ganhar, de uma camiseta - eu a transformei num quadro, representando o nosso compromisso, e esse quadro está no meu gabinete para demonstrar que todo dia a gente lembra da Defensoria. *(Palmas.) (A assessoria coloca em frente à mesa de autoridades o quadro contendo a camiseta.)*

*(Passa a ler texto.)* "Dia 30 de junho de 2010, o Movimento Catarinense pela Defensoria Pública protocolou um projeto de lei complementar de iniciativa popular com mais de cinquenta mil assinaturas. Foi um dos três projetos apenas que esta Casa teve de iniciativa popular e que se tornou lei. Em sete de março de 2012, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do modelo catarinense da Defensoria, que se dava somente por Defensoria Dativa. Em 14 de julho de 2012, o governo do Estado, após a decisão do Supremo, enviou o Projeto de Lei Complementar 16/ 2012. Após tramitar, o Projeto de Lei Complementar virou uma lei complementar. Anterior a isso, nós temos a Constituição Federal da República, que no seu artigo 134, conforme está descrito na camiseta, fala do acesso à Justiça como um papel fundamental da Defensoria Pública. Nós temos, após a Constituição e a legislação estadual, a PEC 247 de 2013, que se transforma na Emenda Constitucional 80/2014. A partir, então, da Emenda Constitucional 80, nós temos todo um debate com relação ao papel da Defensoria Pública, não só ao propor as ações civis individuais, mas coletivas. E temos mais ainda: em 2014, coloca oito anos para que Santa Catarina tenha - portanto, até 2022 - Defensores Públicos em todas as Comarcas de Santa Catarina.

Eu falo isso com muito orgulho porque há um processo de consolidação do espírito democrático da nossa Constituição Federal de 1988 quando diz que todos os cidadãos brasileiros tem acesso à Justiça. Mas infelizmente no Brasil ainda quem tem acesso à Justiça é quem tem recursos financeiros para acessar a Justiça. A Justiça ainda tem lado. Infelizmente nós ainda temos essa construção no dia a dia. Então, a Defensoria Pública vem para cumprir um preceito constitucional que é o acesso à Justiça e a violação aos Direitos Humanos que precisa ser combatida. O sentimento, portanto, de quem pode pagar tem acesso à Justiça cai por terra com a implantação da Defensoria Pública.

Quais são as pessoas que tem acesso à Defensoria Pública? Em primeiro lugar, o hipossuficientes, que são as pessoas mais pobres, mais carentes e que, portanto, o Estado precisaria estar mais presente ainda; as mulheres vítimas de violência, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência." *[Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz].*

Eu faço esse registro muito breve, porque hoje quando fazia este histórico, inclusive estava lendo várias páginas do livro que o Ronaldo me entregou, em primeira mão, que faz um pouco esse apanhado de como se deu a construção da Lei da Defensoria no Brasil. Sempre quando eu faço essa leitura tento enxergar as pessoas, as pessoas que são beneficiadas com esta lei, e quando a gente enxerga o rosto das pessoas nos emocionam, porque penso que nós estamos começando a passos muito lentos, sem sombra de dúvidas, mas estamos começando a dizer que os pobres podem chegar à Justiça em Santa Catarina; e que os pobres podem chegar à Justiça em Brasília também.

Eu quero de forma muito respeitosa valorizar todo o empenho das entidades que aqui se fazem representadas, de cada um individualmente que no seu cotidiano faz a luta por mais direitos, como Deputado Dirceu falava aqui dos haitianos, das mulheres vítimas de violência, dos quilombolas, dos negros, dos indígenas e dos cidadãos que todos os dias batem à porta da Defensoria Pública exigindo medicamento, algo tão básico, um medicamento sequer. São esses os rostos que estão colocados.

Aqui, na Assembleia Legislativa, num primeiro momento - eu falava isso na entrevista que dei para a Assessoria de Comunicação da Casa -, a Defensoria Dativa, com todo o respeito que também nos cabe, porque cumpriu uma função num determinado momento, mas ela era o modelo ideal. Em 2014 discutimos isso, em 2013, quando foi dada entrada do primeiro projeto de lei tratando da Defensoria, parecia que nós, Deputados, queríamos acabar com o Orçamento do Estado ao implantar a Defensoria Pública, e, a todo o momento, vinha a seguinte situação: mas o que vocês querem fazer? O Estado vai quebrar! Porque, veja bem, a Defensoria Dativa está em todos os Municípios e a Defensoria Pública nós não vamos conseguir ter em todos os Municípios. Então para que mexer no modelo ideal, que está dando certo, que está capilarizado no Estado, para um modelo que daqui a pouco, no ano que vem vocês vão ver, já vai vir pedido de mais Defensores, de mais analistas e técnicos.

E nós contestávamos no seguinte sentido: a Defensoria Dativa cumpre uma função muito pequena. Nós sabíamos que muitos advogados eram pegos nos corredores sem conhecer nada da peça processual e iam para as audiências sem conhecer a vida do sujeito e, portanto, sem estabelecer uma defesa adequada e esses processos iam na Justiça e rolavam, rolavam, rolavam.

Então, o modelo da Defensoria Pública, no meu entendimento, não pode ser comparado. Nós estamos falando de duas coisas, de duas ações diferenciadas e tenho certeza que, - sem olhar para isso, não sei o que vocês vão apresentar -, nós sairemos daqui hoje com esse entendimento. Eu ando nos Municípios e vejo os Defensores indo para as reuniões dos conselhos, pautando os problemas, das frentes que se criam em cada Município, dos debates nas Câmaras de Vereadores e, numa outra ponta, colocando as duas partes envolvidas para evitar o processo judicial que, muitas vezes, é moroso.

Então, nós temos argumentos suficientes para dizer que a Defensoria veio e tem que continuar. E veio com equipe completa. Não quero Defensoria nos seus núcleos parcialmente constituída, portanto, Defensor, analista e técnico cumprem essa função de constituir o corpo da Defensoria Pública. Num primeiro momento foram de 60 Defensores, 50 analistas e 40 técnicos, posteriormente, 120 Defensores. Nesta semana, o PLC 17.5 aumentou para 50 analistas e mais 40 técnicos. Já começa o movimento nesta Casa, bastante diferente, vários Deputados dizendo que querem levar o Núcleo da Defensoria para a sua região, para a sua cidade. Eu acho que isso é motivo de comemoração.

Eu quero terminar a minha manifestação inicial resgatando esse processo todo e dizer que muitos Parlamentares ajudam nesse processo. Estão começando a ajudar cada vez mais nesse processo, independentemente de partido, onde, num primeiro momento, havia resistência de uma ala mais conservadora, acredito que estamos vencendo essa resistência.

Daqui para frente temos que discutir como cumprir com a determinação de até 2022 termos um Defensor ou Defensores em todas as Comarcas. Qual é o papel da constituição do fundo? A Constituição Federal também fala na autonomia da Defensoria, e este será talvez um dos maiores desafios dentro da Casa. Autonomia do fundo para ter autonomia a Defensoria. Quantos Defensores, analistas, técnicos? Como é que nós, cidadãos, de uma forma geral, vamos trabalhar para que a Defensoria Pública em Santa Catarina seja algo jamais questionado da sua legitimidade. Ganhar o respeito da sociedade significa nós consolidamos a Defensoria Pública em Santa Catarina.

Quero dizer que todos aqui têm o nosso apoio, o apoio da Comissão de Direitos Humanos, na figura do Deputado Dirceu Dresch. Nós queremos ser parceiros dos Defensores, dos analistas e dos técnicos, portanto, da Defensoria, porque representa a luta pelos direitos individuais e coletivos da sociedade catarinense. O.k. ? *(Palmas.)*

Feito isso, quero agradecer a assessoria da Comissão na figura do Marcel; também do nosso gabinete em nome da Santina, da Ester e também do Antônio; das taquígrafas, que se fazem presente; da equipe aqui da Casa também.

Para compreendermos como que se dará a audiência, num primeiro momento, vou passar a palavra para os membros da mesa, por dois minutos, para uma saudação inicial, a seguir, as demais lideranças, e o João terá um tempo maior para fazer a apresentação desse apanhado dos dois anos da Defensoria e, em seguida, abriremos a palavra para vocês também fazerem manifestações de três minutos.

Nós queremos combinar aqui se é possível nós trabalhamos até às 21h, está bom? Se passar um pouco a gente combina junto. Vamos trabalhar até às 21h para damos bons encaminhamentos.

Passo a palavra ao Presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, Vereador Rony da Silva, representando os Vereadores presentes.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARARANGUÁ/SC (Rony da Silva)** - *(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)*

A Câmara de Vereadores de Araranguá não poderia deixar de se fazer representar nesta audiência pública, porque temos a oportunidade de conhecer um pouco de perto os trabalhos da Defensoria na nossa Comarca. A Defensoria atende Araranguá, Maracajá e Arroio do Silva com pouca estrutura realmente. Santa Catarina foi um dos últimos Estados a implantar

a Defensoria Pública, lamentavelmente, e nós tivemos oportunidade de acompanhar um pouco mais próximo que o cidadão menos favorecido hoje começou a ter acesso realmente. Havia um grande problema que encontramos nos anos anteriores quando se tinha uma possibilidade, mas o menos favorecido, infelizmente, acabava sendo barrado pela questão financeira. Hoje a Defensoria vem defendendo a grande maioria na nossa região, na questão familiar, mas principalmente, na questão do medicamento, pois o Estado acaba se omitindo de cumprir o seu papel junto ao cidadão e o cidadão, menos favorecido, como não tem condições de bancar o seu medicamento, muitas vezes, acaba não conseguindo se tratar. A Defensoria acaba fazendo esse papel muito importante para a nossa região.

Desse modo, não poderíamos deixar de apresentar uma moção de apoio, como apresentamos há alguns dias, na Câmara de Vereadores, e também abrimos um espaço para que a Defensoria pudesse apresentar um pouco daquilo que realizou nestes dois anos de sua implantação. Estamos na luta. Eu acho que a Defensoria vem cumprindo o seu papel, e que agora é a hora do Governo também cumprir o seu papel e dar estrutura para que ela avance cada vez mais.

Muito obrigado, que Deus ilumine a todos. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Com a palavra a Vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Marta Beatriz Tedesco Zanchi;

**A SRA. MARTA BEATRIZ TEDESCO ZANCHI** - (Cumprimenta os componentes da mesa e as demais autoridades.)

Eu estava falando com a Fernanda e lembrei-me de uma palestra que assistimos em Santo Domingo, do Luid Ferraioli - para quem gosta de Direito sabe que é um jurista italiano - e ele usou duas palavras que nos impactaram tremendamente, que descrevem exatamente a essência da Defensoria Pública: Meta e garantia.

A garantia de acesso às outras garantias. Essa garantia de acesso a outras garantias que carece 82% da população brasileira. Essa garantia de acesso a direitos que falta a 72% das Comarcas brasileiras. Essa garantia de direitos que Santa Catarina demorou tanto para reconhecer, mas que reconheceu a partir de um movimento da sociedade civil, por meio do Supremo Tribunal Federal e, por isso, a Defensoria Pública daqui tem que ser forte e tem que ser reconhecida por esta Casa.

Uma Defensoria Pública que parte de um movimento social, de uma sociedade organizada que entende o defensor público como o garantidor de direitos humanos - e hoje isso é positivado no artigo 134 da Constituição Federal, a partir da Emenda Constitucional nº 80. Isso é indiscutível e foi via constitucional, foi reconhecido pela unanimidade do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Trata-se de uma emenda Constitucional que tramitou em tempo recorde com adesão de todos os partidos. É um movimento que não pode ter retrocesso. Aliás, movimento de garantia de direitos não podem ter retrocesso, ainda mais, quando se fala em direito de garantia à saúde, em garantia de direitos à educação, em garantia de direitos à liberdade.

Eu estava falando com o João anteriormente e ele disse-me, o que não me surpreendeu, porque eu conheço os Defensores Públicos de Santa Catarina, os números do Superior Tribunal de Justiça, que são centenas de *habeas corpus* impetrado em toda Santa Catarina por advogados privados e Defensores Públicos. São cem Defensores Públicos em Santa Catarina, não lembro o número exato, mas dois terço desses *habeas corpus* são impetrados pelos meus colegas Defensores Públicos de Santa Catarina. Então comparar essa forma de garantia de direitos com a advocacia Dativa é um retrocesso. E é um retrocesso que não tem nem discussão, é um retrocesso evidente.

Eu lembro-me que quando estava estudando Direito não se exigia, na lei, um advogado em audiência de interrogatório, aí, a partir de um movimento muito forte da 5ª Câmara Criminal do meu Estado, o Rio Grande do Sul, começou a se trabalhar muito forte isso e, hoje, não se imagina um interrogatório sem a presença de um Defensor. Eu acho que neste mesmo sentido vamos pela audiência de Custódia e, nesse mesmo sentido, é a Defensoria Pública.

Existe a questão: a Justiça não é acessível aos pobres, a Justiça não é acessível a quem não tem Defensoria Pública. Quem tem Defensoria Pública tem acesso à Justiça. A Justiça não é acessível a quem tem um modelo de Advocacia Dativa falho e carente. Nós não precisamos de defesa formal. Aquela defesa formal que é facilmente anulável com uma defesa mais forte, porque quem é Defensor Público sabe que nós não fazemos uma audiência por mês, nós fazemos duzentas audiências por mês. Não existe, é difícil um advogado mais atualizado do que um Defensor Público. Nós não atendemos uma pessoa por mês. Pelo menos no meu Estado, no Rio Grande do Sul, foram 535 mil atendimentos no último ano.

A diferença do acesso à Justiça de um Município sem Defensoria Pública para um Município com Defensoria Pública é estratosférica. Tanto é estratosférica que nós não aprovamos a Emenda Constitucional nº 80 - e aqui eu falo como representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos que esteve presente naquele momento -, falando poeticamente da Defensoria Pública. Nós aprovamos com números de atendimentos e sabemos que, aqui, em Santa Catarina, quando a Defensoria Pública estiver consolidada, esta Casa vai se surpreender, porque aí não é questão do pobre não ter acesso à Justiça, o pobre vai ter acesso à Justiça. E pobre que falo aqui não é só o pobre em recursos materiais, porque a Defensoria Pública atende aos vulneráveis, os fragilizados e esta Casa já reconhece isso. Eu sou pessoalmente imensamente grata por esta audiência pública, à senhora Deputada e também ao senhor Deputado.

Eu estava falando com o Ronaldo sobre a constituição da frente parlamentar pela Defensoria Pública. Esse é um movimento que tivemos há algum tempo no Rio Grande do Sul, e que foi muito importante para nós, e me surpreende que ainda se discuta iniciativa de lei para a Defensoria Pública. Defensoria Pública está lá no art. 134, hoje tem a mesma matriz constitucional do Ministério Público. Está lá a nossa iniciativa de Lei, a nossa extensão à Lei Orgânica da Magistratura. Isso é inegável. Isso foi reconhecido pelas duas Casas Legislativas e isso tem que acontecer aqui também. Tem que ser reconhecida a autonomia da Defensoria Pública. É constitucional, tem que ter iniciativa de lei. No meu Estado tem desde 2005, muito antes da Emenda Constitucional e não quebrou nada nem ninguém. Pelo contrário, hoje em dia a Defensoria Pública tem um trânsito muito bom na Assembleia Legislativa. Nós somos reconhecidos pelos nossos Deputados como Instituição garantidora de direitos e é o que somos.

A pessoa que escolhe esta carreira de Defensor Público tem que saber que não é fácil, mas é apaixonante. É vocação! A gente fala que tem sangue verde e eu tenho sangue verde, o Ronaldo tem, o João tem, a Fernanda tem e eu vejo aqui uma porção de gente que é vocacionada.

Deputada, Deputado, não permitam esse retrocesso! Vamos caminhar para frente. Vamos consolidar esta Defensoria Pública porque o Supremo Tribunal Federal está indicando o caminho quando, há duas semanas, por unanimidade, julgou improcedente a ADI proposta pelo Conamp, pelo Ministério Público, reconhecendo a nossa legitimidade para a ação civil pública. Em cima disso, foram mais de dois relatórios com várias ações civis públicas propostas pela Defensoria Pública que impactaram positivamente toda a população brasileira.

É um apelo que a gente faz aqui e é um apelo que se faz em nome de 82% da população brasileira, não sei o percentual aqui em Santa Catarina, mas eu tenho certeza que ele é expressivo. Eu tenho certeza que esta Casa vai caminhar sim, para garantir a Justiça aos pobres, para garantir uma Defensoria Pública autônoma, sólida, com iniciativa de lei. É nesse caminho que a Constituição Federal aponta que é a Constituição Cidadã. Eu tenho certeza que é isso que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina quer. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé]. [Leiturista: Dulce M da Costa Faria].

Muito obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Também quero registrar a presença do Vereador João Grein, de Canoinhas, e agradecer à Débora Glembotzky, assessora da Comissão, pela sua atuação.

Eu passo a palavra à doutora Mariana Doering Zamprogna, Defensora Pública Federal, representando a Defensoria Pública da União.

**A SRA. DEFENSORA MARIANA DOERING ZAMPROGNA** - (Cumprimenta todos os presentes.) Hoje venho representando o doutor Gabriel, que muitos aqui conhecem já que foi parceiro na luta pela Defensoria Pública. E eu também participei de muitas audiências públicas antes de me tornar Defensora, então é sangue verde mesmo.

Hoje a Defensoria vem parabenizar a Defensoria estadual e dizer que nós - quem acompanha, sabe - participamos, com as lideranças políticas e os organismos da sociedade civil, da construção da Defensoria estadual, que é uma instituição essencial à Justiça. Realmente o Estado de Santa Catarina demorou muito para reconhecer isso, mas hoje esta é uma data de comemoração; então é tempo de celebrar o que já foi avançado até hoje, o que não é pouca coisa, pois conta com um número expressivo de Defensores e com carreira de apoio.

Eu também queria deixar o meu parabéns especial aos colegas Defensores. Imagino que deve ter sido bem árdua a tarefa de iniciar em um órgão ainda sem muita estrutura, sem muito apoio, que não é conhecido da sociedade. Embora tenha sido uma luta, em Santa Catarina as pessoas não sabiam para que servia a Defensoria e não a reconheciam. Então tiveram uma dificuldade muito grande nesta transição da Defensoria Dativa para a Defensoria Pública, e os Defensores certamente enfrentaram isso no seu dia a dia, nos seus atendimentos, no relacionamento com os membros do Poder Judiciário, com os membros do Ministério Público. Eu parabenizo os Defensores e as equipes de apoio, os servidores, porque são essas pessoas que fazem a construção do órgão, que levam adiante a reputação do órgão e que fortalecem o apoio dos Deputados e da sociedade civil à instituição para que a Justiça chegue ao alcance de todos.

A Defensoria Pública da União também está em fase de implementação há um bom tempo; em Santa Catarina também não conta com Defensoria em todos os Municípios, só temos em Joinville e em Florianópolis; então também seguimos na luta para essa interiorização. Esperamos que a Emenda Constitucional 80 seja cumprida tanto no âmbito federal quanto estadual, e é esse o nosso apelo para os dirigentes, para os Deputados, para os nossos representantes.

Obrigada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Eu passo a palavra à senhora Angela Maria Konrath, conselheira da Associação Juizes para a Democracia, representando a senhora Dora Aparecida Martins de Moraes, presidente da Associação Juizes para a Democracia.

**A SRA. ANGELA MARIA KONRATH** - Os meus cumprimentos à Deputada Luciane Carminatti e ao Deputado Dirceu Dresch, em nome dos quais saúdo todos os demais integrantes da mesa; ao Antônio, que participou ativamente do movimento pela criação da Defensoria Pública - na época ele era assessor do Deputado Pedro Uczai -; e às minhas amadas alunas e aos meus queridos alunos, que foram motivados a estarem aqui justamente para terem uma experiência política. Eles são estudantes de Direito e em aula falamos muito sobre a importância da atuação política, que eles vão ocupar espaços, que eles são o futuro das garantias



constitucionais para a população. Então, qualquer espaço que ocupem, certamente vai influenciar em vocês o reconhecimento de que é politicamente que se constroem as coisas.

A Defensoria Pública foi uma construção política muito interessante. Eu tive a oportunidade de acompanhar isso na época em que a professora Maria Caovilla lançou um livro lá na Unoesp, em Chapecó, e a partir desse trabalho da professora vários estudantes do oeste de Santa Catarina se agregaram a isso, tanto que o seu aluno Volnei Rosalen ajuizou uma ação popular pela criação da Defensoria Pública no início dos anos 2000, até que se chegou a 2010 com cinquenta mil assinaturas para a criação da Defensoria Pública. Foi um longo caminho. Não foi um ato isolado nem de uma pessoa só, foi principalmente o engajamento dos Deputados desta Casa, que tinham e têm vocação para atender as necessidades da população carente. Porque a Defensoria Pública atende a população carente, a população vulnerável, aqueles que têm tudo negado desde o começo, que é o recurso mínimo de acesso a um Poder - do qual eu sou membro e ao qual pertencem -, que é o Poder Judiciário, ainda muito elitizado e que compreende muito pouco a carência que a população tem, inclusive de saber dos seus direitos.

Gostaria de deixar registrado aqui um incentivo para os meus alunos, para as minhas alunas: a carreira de Defensor Público é maravilhosa. A minha primeira experiência jurídica foi na Defensoria Pública como estagiária, no Rio Grande do Sul - eu sou formada pela Unisinos. Então quero motivá-los a conhecer um pouco mais intimamente essa instituição que realmente faz valer o direito do necessitado, do excluído e do vulnerável, e que de alguma maneira deve nos sensibilizar dentro de um curso que tem como ícone o direito, as garantias constitucionais.

Muito obrigada pela palavra, Deputada. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Eu passo a palavra ao senhor José Pedro de Oliveira Rossés, presidente da Associação dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

**O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA ROSSÉS** - Gostaria de cumprimentar todos os componentes da mesa, todos os Defensores, os servidores, os estagiários e os demais presentes.

Primeiramente, gostaria de dizer que estamos muito contentes com a aprovação do PLC 17, que amplia o quadro de servidores da instituição, de analistas técnicos que fazem o assessoramento jurídico dos Defensores, e de técnicos administrativos que prestam este apoio técnico de recursos humanos, de toda esta parte administrativa, ampliando a Defensoria, o que foi muito importante. Essa foi uma luta da própria instituição, foi uma luta da nossa Associação, da Associação dos Defensores, e uma luta também dos servidores que estão aguardando serem nomeados. Desde o ano passado, 2014, vinha tramitando esse projeto e infelizmente ele foi arquivado, mas graças ao requerimento dos Deputados Sílvio Dreveck e João Amin e da Deputada Luciane Carminatti esse projeto foi desarquivado, tendo sido aprovado no dia de ontem, felizmente. Com isso aumentou o nosso contingente, fazendo com que possamos prestar este serviço de assistência jurídica integral para aqueles que não têm condições de pagar um advogado. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]

Eu já trabalho há quase dois anos nessa instituição e tenho muito orgulho de trabalhar lá, porque a gente vê que presta um serviço social que garante a efetividade dos direitos humanos. Às vezes, na atividade desenvolvida pelo Defensor, basta um ofício para solucionar o problema, porque a pessoa não tem conhecimento jurídico para aquilo - as questões de saúde, de trabalho são com a Defensora Dayana, com quem tenho muito orgulho de trabalhar também -, e são várias causas que aparecem todos os dias. A gente tem em torno de cinquenta atendimentos por dia só na triagem, e, desses, cinco são somente de saúde; e vemos muita demanda e também a confiança que o povo catarinense está tomando com a Defensoria Pública. Então, esta equipe composta por Defensor Público, analistas, técnicos, e estagiários, como a Priscila e a Ana, é que presta atendimento ao público.

Portanto, é um orgulho esse serviço, como eu disse, e felizmente agora a Defensoria vai poder cada vez mais prestar esse serviço eficientemente. Porque não tem como o Defensor Público realizar audiência e ações sem ter apoio dos servidores. Então cada vez mais o trabalho vai sendo aperfeiçoado para prestar à população um serviço de qualidade. E cabe ao Defensor, que é agente social de transformação, garantir o direito à defesa das pessoas que não têm condições de pagar um advogado.

Era isso, e agora fico muito feliz com essa aprovação. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Agora vou dispensar a mesa dos trabalhos para se visualizar melhor a apresentação.

Nesse momento, passo a palavra ao senhor João Joffily Coutinho, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina (Adepsc).

**O SR. JOÃO JOFFILY COUTINHO** - Boa-noite a todos. Pelo visto vou ter direito a um pouco mais de tempo, mas prometo que não irei me alongar muito.

Eu gostaria de iniciar agradecendo ao Deputado Dirceu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, por convocar esta audiência pública; à Deputada Luciane Carminatti por ser sempre parceira - é impressionante, pois é com muita alegria que a gente vê o carinho que a Deputada trata a Defensoria Pública -; à conselheira Angela, da Associação dos Juizes pela Democracia, por ser sempre parceira da Defensoria Pública de Florianópolis, e de forma geral do País afora; ao Vereador Rony, de Araranguá, a quem agradeço publicamente pela moção de apoio; à nossa

colega Marta, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), pela sua participação importante na criação da Defensoria Pública do Estado, e mais uma vez veio aqui nos apoiar; à senhora Mariana, Defensora Pública Federal, por vir apoiar este ato da Defensoria Pública estadual e por relatar um pouco a participação da Defensoria Pública Federal aqui no Estado; ao nosso colega José Pedro por nos honrar com a sua presença - nós, Defensores Públicos, temos muita honra também do trabalho que vocês fazem na instituição -; aos colegas Defensores pela presença, que devem estar orgulhosos de ver este plenarinho lotado; a todas as lideranças pelo comparecimento; e os estudantes e a comunidade em geral também pela presença.

Esta é a terceira audiência da Defensoria Pública e a evolução é notória também nas audiências aqui - é impressionante. A gente começou com um plenarinho cheio, e agora ele está lotado. Para a próxima audiência, de repente, a gente pode pedir o plenário da Casa a fim de se realizar a reunião lá. Muito obrigado pela participação de todos; esta audiência é muito importante para que vocês conheçam cada vez mais o trabalho que a Defensoria Pública presta no Estado.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

Como foi dito, hoje estamos aqui exatamente para apresentar o trabalho da Defensoria Pública, o seu impacto na vida da população catarinense, o seu crescimento, a sua perspectiva de expansão e o seu aprimoramento.

Como foi muito bem salientado aqui, após a promulgação da Constituição da República o Estado brasileiro tornou-se politicamente comprometido com a justiça social. E foi exatamente a própria Constituição que trouxe em seu bojo os instrumentos garantidores desses inúmeros direitos e que previu a Defensoria Pública para garantir o acesso à justiça.

Essa instituição não é só festejada pela nossa Constituição da República, é festejada pela Organização dos Estados Americanos, que no ano passado, em sua quarta resolução sobre o tema, publicou documento incentivando e recomendando a autonomia e o fortalecimento da Defensoria Pública oficial nos estados-membros como garantidores de acesso à justiça. É um modelo não só do Estado brasileiro, é um modelo americano que está ganhando o mundo. Nesse panorama, exatamente, é que a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina foi criada.

Com a promulgação da Lei 575, de 2012, foi implantada oficialmente a Defensoria Pública do Estado. Mas apenas em abril de 2013 os primeiros Defensores públicos foram nomeados e efetivamente os trabalhos da Defensoria Pública iniciaram. Mas eu reforço aqui todas as palavras já ditas na mesa e não vou repetir as autonomias, a Emenda Constitucional 80, o nosso lugar na Constituição, para não cansar a plateia. Hoje a ideia é tentar mostrar aqui um pouco do nosso trabalho, é tentar fazer com que fique demonstrado aqui pelo menos uma parcela, ou uma boa parcela, do que foi realizado durante esses dois anos. E exatamente em 2013, no primeiro ano de nomeações para a Defensoria Pública, com sete meses de atividades e com apenas sessenta Defensores, foram realizados 42.569 atos, entre atendimentos, petições, audiências e acordos extrajudiciais. Em apenas sete meses!

Em 2014, Deputada, esses sessenta Defensores contaram com o reforço de mais vinte Defensores - reforço que veio apenas no segundo semestre de 2014 -, e realizaram o total de 100.214 atos, entre atendimentos, petições, audiências e acordos extrajudiciais. Ou seja, em 2014 o atendimento da Defensoria Pública pulou de 40 mil atos para mais de 100 mil atos.

Em 2015, senhores, apenas no primeiro trimestre a gente já fez atendimento de 40.006 atos com o mesmo quadro de oitenta Defensores. O que eu quero dizer para os senhores é que nesses dois anos a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina realizou um total de 183.059 atos, entre atendimentos, audiências, petições e acordos extrajudiciais. Destaco que, dentre os 183 mil atos, 1.710 atos foram de acordos extrajudiciais que a Defensoria Pública realizou pelo Estado; ou seja, 1.710 processos foram evitados por meio do trabalho da Defensoria Pública. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Revisão final: Denise V. Silva]

Provavelmente seriam acordos não realizados e processos que levariam a abarrotar mais ainda o Judiciário, o que é algo por que todos estão tentando lutar para diminuir e dar celeridade à Justiça, fazendo com que todos tenham justiça.

Nunca antes, neste Estado, se teve uma estatística de tantos acordos extrajudiciais para solucionar litígios da população carente catarinense. Também é interessante notar, nessa primeira abordagem, que a Defensoria Pública tem uma engrenagem que vai começando, mas vai rodando, rodando, rodando... O que eu quero dizer com isso? Em 2013 foram 40 mil atos; em 2014, 100 mil atos; em 2015, no primeiro trimestre, 40 mil atos. O que me leva a crer que, hoje, com a ajuda dos dezessete novos colegas que tomaram posse em maio, vamos chegar, até o final de 2015, com mais de 200 mil atos realizados no Estado de Santa Catarina.

Eu gostaria aqui de fazer uma ressalva, claro. Quando eu digo "Defensores", digo "atos da Defensoria Pública", na realidade. E obviamente enquadrado aqui os servidores e estagiários que participam desses atos e sem eles a gente dificilmente alcançaria essa quantidade. Faço aqui, mais uma vez - como agradeço na pessoa do JP -, um agradecimento aos servidores. Esse é um trabalho da Defensoria, no geral.

A Defensoria evoluiu não só nos atos, mas também na quantidade de Defensores: crescemos de 60 para 120, e agora, felizmente, como o próprio José Pedro relatou, tivemos aqui, nesta Casa, a aprovação do projeto que teve o grande mérito de ampliar o quadro dos servidores da Defensoria Pública. Isso tem importância histórica por ser o primeiro projeto de lei de iniciativa do chefe da Defensoria Pública, iniciativa essa que foi

concedida pela Emenda Constitucional 80 e que foi reconhecida por esta Casa. Esse é um precedente histórico muito importante para a Defensoria Pública.

Além desses números, o que é impactante para os Defensores - e os Defensores aqui presentes acredito que tenham sentido isso - é que o nosso trabalho é sentido pela população que hoje, no Estado, vê a Defensoria Pública como uma porta de ajuda. Anteriormente, o cidadão carente daqui batia na porta do Judiciário e, necessariamente, para ser atendido, precisava levar isso e uma demanda judicial. Hoje, ele encontra na Defensoria Pública uma porta para uma consultoria jurídica, para uma consultoria de conselhos para entender os seus direitos e o que ele pode realizar com esses direitos. Uma simples conversa. Esses dados aqui foram dados oficiais, mas seriam inúmeros, incontáveis os atendimentos que os Defensores Públicos fazem diariamente para atender o cidadão carente que vai ali, aflito, e uma boa conversa às vezes resolve o problema.

É fundamental, hoje, a gente ver a tranquilidade - o Vereador Rony pode dizer aqui - que as cidades do interior ou a Capital sentem, que essa população sente em poder ir até a Defensoria Pública, até uma porta amiga. Esse é um grande benefício que o Estado fez em criar finalmente a Defensoria Pública do Estado.

Acredito que hoje este Plenarinho lotado também seja um dos frutos do nosso trabalho. Acho que é um reconhecimento que, felizmente, vocês que estão aqui hoje estão dando ao trabalho da Defensoria Pública. Provavelmente, hoje o assunto Defensoria Pública chegou aos ouvidos dos senhores de uma forma muito mais cotidiana, muito mais fácil. E essa é a ideia da Defensoria: trabalhar cada vez mais, divulgar mais o serviço e, com isso, ela vai ser cada vez mais e mais procurada pela população catarinense.

Não só aqui, em relação à população propriamente dita do Estado de forma geral, mas a Defensoria Pública também está sendo reconhecida pelos Legislativos locais, pelos Municípios, pelas Câmaras de Vereadores, e hoje felizmente a gente já conseguiu, por exemplo, moções de apoio de Joaçaba, Treze Tílias, Água Doce, Ibiracaré, Luzerna, Herval d'Oeste, Araranguá, Blumenau, Chapecó, Jaraguá do Sul e Palhoça. Hoje, após a fala, farei uma entrega para o Presidente da mesa para que ele possa encaminhá-la ao Presidente da Casa. A moção oficial está aqui na mesa, para que ele possa fazer o encaminhamento e demonstrar, com essas moções, que o Legislativo local também está percebendo a importância da Defensoria Pública e está pedindo apoio para que a Defensoria cresça nas suas comunidades.

Reparem que, nas cidades que citei, algumas já têm Defensoria e outras não, mas são próximas, estão conseguindo perceber o trabalho que os Defensores Públicos estão fazendo e querem trazer esse serviço para a sua cidade. Isso é muito importante e muito gratificante para a gente.

Eu trouxe números, e agora vou tentar trazer para os senhores alguns exemplos das nossas ações. Uma emblemática atuação que a gente tem é no nosso Núcleo Recursal. A criação do Núcleo Recursal na Defensoria Pública, em outubro de 2014, promoveu uma mudança no paradigma do acesso aos tribunais superiores por parte da população carente do Estado de Santa Catarina. A título de exemplo, desde a criação do Núcleo até 15 de maio de 2015, ou seja, até semana passada, foram observados no Superior Tribunal de Justiça, STJ, 474 *habeas corpus*. O STJ divulgou os dados da impetração de *habeas corpus* e identificou que em Santa Catarina existem 474 *habeas corpus*. Foi visto que 54% desses *habeas corpus* foram impetrados pela Defensoria Pública, ou seja, é o cidadão carente finalmente tendo acesso aos tribunais superiores em larga escala: 54% de todos os *habeas corpus* impetrados, aqui do Estado de Santa Catarina, pertencem à Defensoria Pública, a dois Defensores Públicos. É esse o número de Defensores Públicos que compõem o nosso Núcleo Recursal hoje. Dois Defensores Públicos conseguem superar mais da metade de um remédio heróico, importante, de todo o Estado de Santa Catarina. Imaginem o que a Defensoria Pública pode fazer com um número minimamente adequado de Defensores Públicos espalhados por este Estado afora.

Como acho que foi falado aqui também com relação à função da Defensoria Pública, o Defensor Público não fica apenas no seu gabinete. Ele faz uma ação de rua, vai à comunidade, pergunta à comunidade carente, tenta ver as necessidades dessa população carente para tentar demandar ou resolver extrajudicialmente o caso dessa população carente. O objetivo disso é juntar todos em uma ação e não fazer várias demandas; com um ato tentar resolver o problema de várias pessoas.

Como disse aqui, 1.710 acordos extrajudiciais foram resolvidos pela Defensoria Pública e evitaram a judicialização. Mas gostaria de citar algumas das ações feitas pela Defensoria Pública; depois, vou chamar alguns colegas para citar uns exemplos, para agora a gente sair um pouco dos números e mostrar ações práticas que exemplificam o trabalho da Defensoria Pública.

Por exemplo, em Xanxerê, no mês de maio, a Defensoria Pública foi até os bairros atingidos pelo tomado que devastou a cidade e afetou direta e indiretamente milhares de pessoas. No encontro, os moradores puderam tirar suas dúvidas e expor a um Defensor Público que atendeu milhares de pessoas da região, a dificuldade que vêm enfrentando. Todas aquelas pessoas puderam relatar para o Defensor Público as suas necessidades, para o Defensor tomar as medidas cabíveis.

Em Florianópolis, a Defensoria Pública promoveu atividades no dia 19 de maio, que comemora o Dia da Defensoria Pública, por duas vezes. Em 2014, a atividade foi realizada em parceria com a Defensoria Pública Federal, realizada no Largo da Alfândega. Ali a população foi atendida diretamente, no local, um número incontável de pessoas. Em 2015, foi

estruturada uma tenda em frente à Catedral Metropolitana pelos Defensores Públicos do Estado, que atenderam também, mais uma vez, o público que por ali passou e precisava de alguma informação jurídica e encaminhamentos.

Em Florianópolis, em agosto de 2014, os Defensores Públicos estiveram na Policlínica do Estreito e prestaram atendimento a um grupo de idosos - que também são o público-alvo da Defensoria Pública, independente de serem carentes ou não -, explicando o funcionamento da Defensoria Pública e esclarecendo dúvidas jurídicas.

Também em Florianópolis, os Defensores Públicos participaram do Projeto Bem Estar Global, da Rede Globo. Foi montada uma tenda de informações, onde os Defensores Públicos e servidores estavam disponíveis para prestar orientação jurídica e esclarecimentos acerca do direito à saúde. Esse mesmo serviço vai ser prestado sábado, agora, lá em Araquari. Apesar de não ter Defensoria Pública lá, os Defensores Públicos vão se deslocar das suas diversas regiões e vão até Araquari para informar e esclarecer dúvidas à população que precise.

Em Florianópolis, a atuação extrajudicial da Defensoria garantiu a revogação de uma portaria que criava dificuldades para usuários do SUS obterem a negativa escrita de fornecimento de medicamentos, exames e cirurgias. Por meio da atuação da Defensoria, a Secretaria de Estado da Saúde revogou a Portaria 890. A Portaria prejudicava esses inúmeros usuários que tinham pouca instrução ou que não possuíam condições de realizar solicitações por telefone e Internet. Foi a Defensoria Pública ainda, numa esfera extrajudicial, interna, do SUS, para resolver um problema que gerava muitos conflitos e dores de cabeça para a população que precisava usar aquele serviço.

Em Florianópolis, mais uma vez, foi firmada parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial para proporcionar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência que necessitem de atendimento jurídico pelo órgão. A Defensoria Pública recebeu intérpretes com linguagem de sinais para auxiliar no atendimento ao cidadão carente. É a Defensoria tentando se aprimorar nas suas funções para receber essa população.

A Defensoria Pública firmou importante parceria com o jornal Hora de Santa Catarina, onde obteve a disponibilização de uma coluna semanal, junto com a Defensoria Pública da União, para promover atividades de educação em direitos, pois essa é uma função da Defensoria Pública: educar o cidadão em seus direitos. Importantíssimo aqui, Deputado Dirceu, que a Comissão de Direitos Humanos lute por isso: sempre deixar o cidadão informado dos seus direitos, para que ele possa brigar e pleitear os direitos que o Estado deve fornecer a ele. E a Defensoria Pública tem esse papel também, ela vai até o cidadão explicar aonde ele pode ir, como ele pode ir e quais são os seus direitos.

Emblématico em Blumenau que a Defensoria Pública participou do evento junto à comunidade do Centro de Referência de Assistência Social, o CRAS/Centro, onde fizeram uma apresentação sobre a atuação do órgão e promoveram a conscientização dos direitos da comunidade. Foi aberto um espaço ali para debates, esclarecendo as dúvidas, e depois foram realizados atendimentos jurídicos. Toda a comunidade que era abrangida pelo CRAS/Centro, em Blumenau, pôde estar presente nesse dia e conversaram diretamente com os Defensores Públicos sobre todas as suas dúvidas jurídicas e como poderiam solucionar aqueles problemas.

Em Palhoça, Defensores Públicos participaram de evento na comunidade, em parceria com a Defensoria Pública da União, no qual falaram sobre a instituição para a população local e agentes comunitários. Ou seja, onde tem Defensor Público a Defensoria Pública está tentando ir até a comunidade explicar os direitos e garantias do cidadão, mostrando que é um direito dele ter acesso ao Judiciário, para que esse cidadão, sabendo dos seus direitos, possa procurar quem solucione, de fato, seus problemas.

Mais uma vez tocando nesse assunto, é importante que a gente deixe bem claro aqui que a nossa função extrapola ao Judiciário. Muitas vezes, um cidadão - que não teria como resolver seu problema senão demandando - vai até a Defensoria Pública e ela, através dessa divulgação, soluciona a questão e fala: "O senhor vai a tal Secretaria ou a tal localidade, que ali terá o seu problema resolvido, ou procure a Defensoria Pública, que a Defensoria Pública entra em contato com essa localidade para que resolva o seu problema." Em Joinville, em março de 2015, a Defensoria Pública conseguiu administrativamente, isto é, mais uma vez sem a necessidade de ação judicial, a obtenção de um aspirador portátil de sangue e secreção para um assistido de que dele precisava. É um grande exemplo do que eu estava falando.

Em Chapecó, a Defensoria participou de uma audiência pública na Câmara de Vereadores para debater os dois anos de assistência da Defensoria Pública na Comarca, e também em Chapecó participou de algumas audiências públicas para discutir o acesso ao serviço básico de algumas comunidades da localidade. Um exemplo é a participação que a Defensoria teve para discutir o acesso básico da comunidade de Exponente, e pudemos esclarecer muitos direitos naquele momento.

Isso aqui é uma parcela do trabalho que a Defensoria Pública faz. Agora eu vou chamar alguns colegas para relatar um pouco também da sua experiência sobre o trabalho que exercem na Defensoria Pública. Gostaria de chamar aqui a colega Anne, Defensora Pública da Comarca de Blumenau, para falar um pouco sobre o trabalho.

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. DEFENSORA ANNE TEIVE AURAS** - Obrigada, João. Boa noite a todos os presentes, autoridades que compuseram a mesa, colegas Defensores Públicos, servidores da Defensoria, estagiários, estudantes de Direito. Agradecemos a todos a presença aqui hoje, é muito importante para nós.

Eu sou Defensora Pública na Comarca de Blumenau, atuo na área da Infância, e hoje estou aqui para dar uma pequena amostra da atuação da Defensoria Pública na garantia do direito à educação.

Todos nós aqui sabemos que a Constituição Federal, em 1988, trouxe, no seu artigo 205, a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, que deve ser promovido em conjunto com a sociedade para o pleno desenvolvimento da pessoa, para seu preparo, para o exercício da cidadania e para sua qualificação no trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também traz essa mesma previsão no seu artigo 54, e estabelece expressamente que é direito subjetivo da criança o acesso a uma escola pública, gratuita e próxima da sua residência.

A educação, portanto, é um direito fundamental que integra o mínimo existencial do ser humano, quer dizer, aquele mínimo básico de garantias que são indispensáveis a uma vida digna, à dignidade da pessoa humana. E ela deve ser garantida pelo Poder Público às crianças e aos adolescentes com prioridade absoluta, de acordo com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa garantia de prioridade absoluta abrange a preferência na formulação de políticas públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos.

É com base nisso, e buscando garantir à população carente de Santa Catarina o acesso à educação formal, *[Taquiígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]* que a Defensoria Pública tem uma série de atuações nesses dois anos em que estamos instalados em Santa Catarina, tanto individuais como coletivas, judiciais e extrajudiciais, que beneficiaram centenas de crianças, centenas de adolescentes, centenas de famílias. Então, vamos expor agora algumas dessas atuações que a gente pincelou, mais paradigmáticas.

*(Continua a exibição de slides.)*

Em Florianópolis, a Defensoria ajuizou uma ação civil pública, uma ação coletiva em conjunto com o Ministério Público e com o advogado da Infância, e garantiu vaga em creche para mais de trezentas crianças. Teve uma atuação semelhante em Itajaí e Blumenau. Em Itajaí, foram conseguidas vagas para mais de quatrocentas crianças em centros de educação infantil municipais por meio de mandado de segurança individual - também aconteceu lá em Blumenau, onde eu atuo -, e por meio de mandados de segurança individuais a gente conseguiu a matrícula de mais de trezentas crianças em creche. Essa foi a atuação em Itajaí *(mostra slide)*.

A atuação da Defensoria não se limita a essa garantia de vaga em creche em centros de educação infantil. Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação também foram beneficiados com a atividade da Defensoria nessa área. Em Curitiba, uma atuação extrajudicial - não foi necessário o ajuizamento de ação com recurso à Justiça - do Defensor Público conseguiu assegurar a dezenas de adolescentes internados no Casp (Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório) o acesso à educação formal em qualquer fase do ano letivo, faixa etária e nível de instrução. Isso certamente beneficiou dezenas de adolescentes e contribuiu para o processo socioeducativo desses jovens.

Essa atuação também foi interessante *(mostra slide)*. Lá em Mafra, a Defensora Pública assegurou o direito de um preso de estudar em uma universidade de São Bento do Sul, cursar Tecnologia e Gestão Empresarial enquanto cumpria a sua pena, o que contribui para o processo de ressocialização.

Também no âmbito dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação, em Itajaí, a Defensoria Pública, junto com o Ministério Público, ajuizou uma ação civil pública buscando a rescisão do contrato do Casp com a ONG que o administrava, em razão de denúncias segundo as quais os adolescentes estavam sendo vítimas de violência e agressão por parte de educadores e funcionários.

No que toca às crianças com deficiências, o Ministério Público tem uma série de atuações, porque a essas crianças a Constituição Federal assegura atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Em Florianópolis, este ano, a Defensoria Pública conseguiu providenciar acompanhamento especializado, um professor auxiliar em sala de aula para a criança com deficiência.

Teve outra atuação, nessa mesma área de crianças com deficiências, em Joinville, em que a Defensoria Pública ajuizou ação civil pública para garantir o transporte de alunos com autismo da sua residência até a sede da AMA (Associação de Amigos do Autista). Com isso, beneficiou uma centena de estudantes que recebem atendimento educacional especializado naquela instituição.

Esses foram alguns de uma série de atendimentos que a gente pincelou para mostrar aqui, porque esta é uma das áreas que tem mais demanda por parte da comunidade, é uma das maiores reivindicações da comunidade local: vaga em creche, acesso à educação formal, direito que é tão fundamental. E é uma das áreas em que a atuação da Defensoria Pública promove de forma mais visível a inclusão social, a justiça social, porque é a inclusão através do acesso à Justiça e do acesso também ao conhecimento a respeito de direitos que podem ser reivindicados dos poderes públicos. É também a promoção social daquelas famílias, pois a partir do momento em que a família consegue matricular suas crianças em creche, aquele pai e aquela mãe conseguem trabalhar por mais horas, garantir uma renda maior para a família, uma melhor qualidade de vida e também um futuro melhor para aquelas crianças.

É por essas e outras atuações que eu tenho um grande orgulho de ser Defensora Pública, de estar ao lado de colegas como o João e de todos os que estão aqui presentes. Eu tenho um grande orgulho da nossa instituição.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. JOÃO JOFFILY COUTINHO** - Eu chamo agora a colega Dayana Luz, do 14º Ofício da Capital, para apresentar um pouco dos relatos de uma das principais atividades, talvez uma das mais solicitadas, que é a saúde.

**A SRA. DEFENSORA DAYANA LUZ** - Boa-noite a todos.

*(Cumprimentou o Presidente da mesa e demais presentes.)*

Eu atuo há dois anos na Defensoria Pública da Capital, atuo na área da saúde desde que entrei lá e sou responsável pela saúde pública e pela saúde suplementar da população carente aqui da Grande Florianópolis. A nossa atuação na área da saúde pública é mais na questão de ações de medicamentos, ações para antecipar cirurgias de urgência, ações para exames, consultas com especialistas e procedimentos médicos em geral, inclusive para vaga em UTI.

Só a título de esclarecimento, a fila de espera para uma consulta com ortopedista ou otorrinolaringologista, aqui em Florianópolis, está para dois anos. Em caso de idoso, no Município de Florianópolis há uma lei municipal que diz que pessoas idosas não podem esperar na fila do SUS por mais de sete dias úteis para consultas ou exames. Essa lei nunca é cumprida. Os idosos representam mais de 70% das pessoas que eu atendo na Defensoria. Em muitos casos, eu imprimo a lei municipal, peço que eles voltem ao posto de saúde com a lei em mãos e lá exijam que esses sete dias úteis sejam cumpridos - e a vaga da consulta ou do exame surge e a lei é efetivamente cumprida, mas apenas depois que as pessoas têm conhecimento dessa lei e buscam esse seu direito. Então, é a Defensoria atuando nessa educação de direitos, mostrando às pessoas idosas que elas têm esses direitos e que elas podem ir atrás; a gente nem precisa mais entrar com ação judicial para consultas e exames de pessoas idosas.

A Defensoria Pública faz o que a gente chama de judicialização consciente, ou seja, primeiro a gente verifica se há política pública para aquele medicamento ou cirurgia. Havendo política pública, esse assistido da Defensoria é encaminhado para uma porta de entrada do SUS, ou seja, vai para o posto de saúde ou vai pegar o medicamento que é fornecido na farmácia-escola. Apenas nos casos em que não há política pública para aquela doença específica, ou nos casos em que há política pública, mas está ineficaz, como medicamento em falta por problemas licitatórios ou qualquer outro motivo, daí, a Defensoria Pública judicializa. Então, é uma judicialização consciente.

Vou mostrar alguns casos que foram selecionados. Em Curitiba, a Defensoria ajuizou uma ação civil pública que obteve uma liminar favorável para conseguir atendimento cirúrgico, traumato-ortopédico, de média e alta complexidade para pacientes usuários do SUS. Foram quarenta mil pessoas beneficiadas na Comarca com essa medida. Em Santa Catarina, o grande gargalo da saúde pública é a ortopedia; a fila de espera é de mais de dez anos para cirurgias ortopédicas.

Em Florianópolis, a Defensoria Pública também ajuizou uma ação civil pública para isentar os pacientes renais usuários do Plano SC Saúde da coparticipação nas sessões de hemodiálise. Observou-se que, pelo fato de a sessão de hemodiálise ter a necessidade de ser feita até três vezes por semana, o valor que os pacientes pagavam na coparticipação era cinco vezes maior que o valor do plano de saúde. A remuneração daquele servidor estava quase toda indo para as sessões de hemodiálise. A Defensoria Pública entrou com essa ação e, inicialmente, ganhou a liminar isentando esses pacientes dessa coparticipação, mas o Estado acabou agravando e o Tribunal suspendeu a liminar até a decisão final. Por enquanto ela está suspensa e a Defensoria continuará tentando efetivar esse direito até o final do processo. *[Taquiígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini]*

Em Itajaí, a Defensoria Pública ajuizou, também por meio de ACP, o pedido de um médico psiquiatra, no Capes, porque estava sendo descumprida a portaria do Ministério da Saúde.

Em Joinville, no mês de maio agora, o Defensor obteve uma liminar garantindo a vacina bivalente de HPV para uma assistida portadora de HIV, pois havia a possibilidade de o câncer de colo de útero daquela mulher evoluir. A título de esclarecimento, o juiz só forneceu a vacina de HPV quadrivalente, e neste caso específico era preciso a bivalente, que não era fornecida, ou seja, não havia política pública para aquele caso específico.

Em São Miguel do Oeste, em março de 2015, a Defensoria Pública ganhou uma ação com uma autorização judicial para que uma assistida realizasse uma laqueadura tubária, uma esterilização - e já era o quarto parto dela. Existe uma lei que estabelece os requisitos para que uma mulher possa realizar uma laqueadura, e naquele caso a mulher preenchia todos os requisitos da lei, ela estava na quarta gestação. Mas, por causa da fila do SUS, disseram para ela o seguinte: você está com a cesárea marcada, mas não vamos fazer a laqueadura agora, será depois. Ou seja, ela ia ser operada para fazer a cesárea, mas não iam fazer a laqueadura. *(Ri.)* É um absurdo! É gastar dinheiro público, porque ela ia ter que fazer duas cirurgias, primeiro a cesárea e depois a laqueadura! Então, a Defensora Pública atuou neste caso e conseguiu a autorização judicial para que, junto com a cesárea, já fosse feita a laqueadura.

Em São Lourenço do Oeste, também num caso individual, a Defensoria Pública conseguiu uma liminar garantindo medicação a uma mulher que corria o risco de perder a criança, sendo que ela já tinha tido dois abortos naturais e precisava da medicação para não perder a terceira criança. A Procuradoria do Estado defendeu no caso, e alegou que a gravidez não era responsabilidade do Estado.

Em Florianópolis, foi um caso de atuação extrajudicial aqui em Florianópolis... Eu sempre relato que as outras instituições têm que ver a Defensoria Pública como parceira, mas infelizmente, em nosso Estado - eu sou catarinense -, a gente não é visto como parceiro. A Procuradoria-Geral do Estado, felizmente, já nos vê como parceiros e procurou a Defensoria Pública

para tentarmos montar aqui em Santa Catarina o que já existe no Rio de Janeiro: uma câmara de solução extrajudicial de conflitos na área da saúde, ou seja, não será preciso a pessoa ir a vários órgãos, a gente não tem que judicializar. A câmara seria um único local onde estaria a Secretária da Saúde, a Secretária Municipal de Saúde, a PGE, as Defensorias Públicas, e ali a pessoa chegaria com o seu pedido de medicamento. Se ele é padronizado, haveria o encaminhamento para a farmácia-escola, para buscar esses medicamentos. O grande problema do SUS é a falta de informação, as pessoas não sabem onde buscar nem o que é fornecido. Às vezes, até para nós que atuamos nessa área é muito difícil conseguir essas informações. Então, essa câmara iria resolver esse problema. Havendo a receita do SUS e analisando cada caso, a Procuradoria teria um limite para compor um acordo e não haveria a necessidade de judicializar todas essas questões.

Ainda estamos em tratativas e espero que ainda este ano consigamos efetivar a câmara de resolução, que irá começar com um projeto piloto aqui, apenas em Florianópolis.

*(Procede-se à exibição de vídeo sobre a atuação da Defensoria Pública.)*

Esses foram apenas dois exemplos do dia a dia aqui na Defensoria Pública. Nesses dois anos eu atendi mais de mil pessoas na área da saúde e a cada entrevista dessas o número de pessoas procurando o nosso atendimento triplica, ele cresce exponencialmente.

Hoje cuido de seiscentas ações que estão em curso, que eu ingressei. Como eu disse, 70% são idosos e 98% das causas ganhamos em antecipação de tutela.

Agora vou falar um pouco sobre a moradia. A moradia também é um dos direitos em que a Defensoria Pública atua. Aqui na Capital há um Defensor Público exclusivamente tratando do direito à moradia; ele trata questões de usucapião - que tem muito aqui em Florianópolis -, trata de ações envolvendo problemas de posse, de propriedade, e também age nos casos em que o Poder Público às vezes atua sem o devido processo legal para expulsar certas pessoas de suas residências.

Agora, alguns casos: em Itajaí, a Defensoria Pública atuou para assegurar o pagamento do aluguel social para oito pessoas de uma mesma família em que seis eram menores, devido às enchentes ocorridas em 2011. *[Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt]*

Aqui em Florianópolis o aluguel social é um benefício municipal previsto por três meses, podendo ser prorrogado por mais três meses em alguns casos, como calamidade pública, enchentes, quando a Defesa Civil interdita a casa de uma pessoa. Aqui na Capital também já atuamos pedindo a prorrogação desse aluguel social porque muitas vezes seis meses não é tempo suficiente para a pessoa se reestruturar e conseguir outra moradia. Então já conseguimos benefícios semelhantes aqui em Florianópolis também.

Em abril de 2014, em Joinville, a Defensoria Pública assegurou o direito à moradia a uma assistida que estava prestes a ser desalojada pelo Poder Público; ela não tinha para onde ir, ela vivia naquela casa por doze anos, e aí foi conseguido uma moradia alternativa nesse caso. Também em Joinville, um caso que teve repercussão regional: pessoas foram enganadas por um empresário, compraram terrenos, apartamentos, e depois foi observado que não tinha nada. Mas por meio de uma ação coletiva a Defensoria Pública atuou e conseguiu beneficiar essas 324 pessoas no sentido de que os bancos deixassem de cobrar a parcela do financiamento, obtendo também o bloqueio de R\$ 10 milhões desse empresário.

Concluindo, todos esses exemplos comprovam que o Defensor Público transforma a vida da comunidade que o cerca. Eu tenho muito orgulho também, como a colega falou, de ser Defensora Pública; é uma nobre carreira, e como catarinense que sou tenho certeza que essa jovem instituição vai ser muito valorizada no Estado de Santa Catarina.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. JOÃO JOFFILY COUTINHO** - Agora, eu vou chamar o Defensor Público Vinícius Manuel Ignácio Garcia, do Núcleo Regional de Chapecó.

Temos alguns casos na parte de Execução Penal, mas eu vou pedir a ele que escolha um caso emblemático para citar porque estamos com o tempo estourado e ainda queremos ouvir a plateia.

**O SR. DEFENSOR VINÍCIUS MANUEL IGNÁCIO GARCIA** - Sem dúvida.

Excelentíssima Deputada Luciane Carminatti, Deputado Dirceu Dresch, colegas, demais presentes, quero saudar de modo especial os novos colegas Defensores e o servidor José Pedro, o JP, com quem eu tive o privilégio de trabalhar em Chapecó.

Vamos falar um pouquinho de crime, o que sempre é bom também, não é? *(Risos.)* Quando a Defensoria Pública foi instalada em Santa Catarina, em 2013, ela possuía o estigma de que vinha para defender criminoso, para defender bandido - e naquela época vivíamos uma crise gravíssima no sistema prisional. A Deputada deve lembrar os inúmeros ônibus queimados, os ataques que supostamente partiam de dentro do presídio por uma organização criminosa formada aqui no Estado e talvez fora dele.

Nesse contexto é que se instalou a Defensoria Pública, com a missão de acalmar os presídios, e iniciou a sua execução com um mutirão, fazendo parte de uma força nacional que envolveu Defensores Públicos também de outros Estados e Defensores Públicos da União. Eu não sei se os senhores notaram, mas nos últimos dois anos os ataques diminuíram bruscamente. Então, nós acalmamos os presídios; nós estamos nos maiores presídios e nas maiores penitenciárias do Estado de Santa Catarina. E eu atuei por onze meses no Presídio Regional de Chapecó e na Penitenciária Agrícola de Chapecó. Mas, dando continuidade a este trabalho, àquele

primeiro mutirão de 2013, que foi um sucesso, nós temos um grupo muito bem comandado pela doutora Caroline, na Execução Penal, que mostra essa função preventiva de atuação da Defensoria Pública na segurança pública.

Sei que o adiantado da hora já não nos permite mostrar mais dados, Deputada, e ano que vem vamos precisar de uma audiência de cinco horas, talvez em 2016 de dez horas, porque não vamos parar de crescer; os números, os dados, os casos vão crescendo, e queremos mostrar isso à sociedade, para que todos tomem conhecimento do trabalho que estamos fazendo.

Só para ilustrar, Deputada, em 2015 idealizamos uma força estadual da Defensoria Pública para atuar no sistema prisional, fazendo pequenos mutirões de presídio em presídio, de penitenciária em penitenciária. A primeira foi em Criciúma, no mês de março, quando atuaram quarenta Defensores Públicos; e os processos são todos virtuais, não houve custo algum para o Estado, porque os Defensores Públicos atuaram direto do seu gabinete, um em cada Comarca, sem custo de diário, sem custo qualquer para o Estado.

*(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)*

Os números estão ali *(aponta para a imagem)*. Ao todo foram ajuizados 512 pedidos, 381 de indultos, 62 comutações, 17 progressões de regime, e assim vai. Pensem que dos 381 pedidos de indulto, se 100 desses estivessem presos, no mínimo se evitou alguma rebelião. No mínimo.

Deputada, eu tenho o privilégio e a alegria de anunciar *(não sei se em primeira mão, mas eu espero que sim)* que nos meses de junho, julho e agosto essa força estará instalada novamente na Comarca de Chapecó. Nós vamos analisar todos os processos virtuais da Comarca de Chapecó; já temos 62 Defensores inscritos, e como todos os Defensores estarão reunidos neste final de semana para comemorar os nossos dois anos, esperamos que mais uns 5 Defensores, para quem sabe fecharemos 70, se inscrevam nessa força, que eu tenho certeza será mais um sucesso. Isso provará que a Defensoria Pública não vem apenas para defender, entre aspas, bandido, como era veiculado antes da nossa chegada aqui, mostrando, sim, que a Defensoria Pública tem atuação preventiva na área da segurança pública.

Deputada, se der tempo eu volto trazendo alguns números de Chapecó para contar à senhora, senão eu lhe conto lá mesmo.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

*(A mesa dos trabalhos é refeita.)*

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Acho que todos esses depoimentos vão trazendo os rostos para cá, o que eu anunciei inicialmente, e dando vida aos números. Esse é o sentido da Defensoria.

Nós vamos ter que fazer um acordo devido ao tempo. Como já extrapolamos o tempo previamente acordado de audiência, consulto se podemos encerrar até 21h30min. *(A plenária aquiesce.)*

Então, como temos algumas pessoas que desejam se manifestar, vamos abrir cinco inscrições de três minutos cada, para que após possamos ir aos encaminhamentos.

*(Alguns alunos deixam o recinto.)*

Como tem alunos que precisam se retirar, agradecemos a presença de todos. E quero fazer o registro da presença do padre Ney Brasil Pereira, coordenador da Pastoral Carcerária de Florianópolis, nosso parceiro, e também da senhora Iara Maria Moreira de Farias, presidente da Comissão de Direitos Humanos no Conselho Regional de Psicologia.

Então, com a palavra o primeiro inscrito, o padre Ney Brasil Pereira, coordenador da Pastoral Carcerária de Florianópolis.

**O SR. PADRE NEY BRASIL PEREIRA** - Boa-noite a todos. Sou coordenador da Pastoral Carcerária e há quarenta anos trabalho nesse campo, razão pela qual vivo em contato constante com os presos, e por isso sei que uma das maiores reclamações deles é a falta de assistência jurídica. Mas confesso a minha ignorância quanto ao serviço que deve prestar a Defensoria Pública, e por isso a minha presença aqui. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]*

A primeira necessidade que eu noto e que deve ser logo atendida diz respeito à divulgação desses trabalhos, desses serviços. Se realmente é uma instituição importante como é, então é preciso que ela seja conhecida e que haja também a divulgação de meios para recorrer a ela. Não só em relação ao sistema prisional, mas no que diz respeito a outros pontos também - de minha parte penso no sistema prisional. Sugiro algum tipo de cartilha, de *folder*, ou alguma coisa que tenha endereço. Por exemplo, eu moro em Florianópolis e não sei onde está a sede da Defensoria Pública. Não sei! Parece que é na avenida Beira-Mar, não é? Não? *(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone informando que lá é o Ministério Público.)* Ah, na Beira-Mar é o Ministério Público.

Portanto, queria apenas sugerir a necessidade de divulgação disso. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Passo a palavra ao senhor Clayderman Alves Eduardo, educador social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis.

**O SR. CLAYDERMAN ALVES EDUARDO** - Boa-noite a todos, em especial aos colegas do Direito da Cesusuc, aqui. Primeiro, eu gostaria de agradecer aos Defensores Públicos por irem à faculdade nos convidar para estamos aqui; também à professora por nos incentivar ainda mais a estarmos aqui. Sou educador social e faço parte desta categoria de servidores públicos municipais que estão em greve há quinze dias e não vão sair da greve enquanto os seus direitos não forem realmente atendidos pela Prefeitura.

Eu trabalho justamente na assistência a pessoas em situação de rua, com um contingente bem grande da população em extrema vulnerabi-



lidade social. A professora Ângela até brincou que a partir do momento em que a pessoa se inscreve para prestar o vestibular de Direito ela já começa a fazer assessoria, e eles sempre vêm me perguntar algumas questões sobre problemas que eles estão passando - de saúde, de moradia, vários tipos de problemas sociais. O que eu posso fazer até então, com o pouco conhecimento que eu tenho e com a minha total impossibilidade postulatória, logicamente, é indicar o caminho, esclarecendo que isso é um caso mais de Defensoria do Estado ou da União. Eu acho que já indiquei bastante gente para vocês trabalharem, e espero que realmente eles estejam indo lá e sejam atendidos.

A minha dúvida é justamente esta, se couber ainda alguma resposta: como é feito esse trabalho com as pessoas em situação de rua? Vocês poderiam falar um caso em relação à moradia, ou à saúde, se tem muitos problemas em relação a medicamentos. Quería saber como ocorre o acompanhamento dos processos das pessoas que não têm localidade fixa; às vezes elas estão num Capes, às vezes estão num albergue, às vezes estão na própria rua mesmo. Como vocês conseguem atender e acompanhar essas pessoas no dia a dia do processo. E também queria saber a quantidade de pessoas que vocês têm atendido até então.

Era isso. Agradeço a atenção de todos. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Temos aqui em mãos o requerimento que nós queremos oficializar isso em conjunto. Estamos propondo, Deputado Dirceu, a criação de uma frente parlamentar em defesa da implantação e consolidação da Defensoria Pública em Santa Catarina, como forma de todos os passos que foram dados aqui até o momento poderem ser continuados nesta Casa e efetivados a partir do debate do fundo, da criação de novos núcleos.

A sugestão do João, do Ronaldo e do José é que nós possamos criar uma frente com diferentes Parlamentares de diferentes partidos, para que estes assumam e consolidem a Defensoria Pública em Santa Catarina, o.k.?(A plenária aquiesce. Palmas.)

Agora vou passar a palavra ao senhor João Joffily Coutinho, para responder as questões aqui levantadas e para fazer as suas considerações finais.

**O SR. JOÃO JOFFILY COUTINHO** - Inicialmente gostaria de informar ao Padre Ney de que a Defensoria, em Florianópolis, fica na Othon Gama D'Eça, nº 622. A gente faz um atendimento de segunda-feira a sexta-feira, e lá, num primeiro momento, é realizada uma triagem com as pessoas que têm renda familiar de até três salários mínimos. Mas isso não impede que em determinadas ocorrências se possa assumir casos que tenham renda familiar acima disso, pois a pessoa pode ser considerada vulnerável em outros sentidos.

Agora fica uma dica para a próxima reunião a gente tentar entregar um panfleto aqui com o endereço das Defensorias Públicas do Estado. E hoje, infelizmente, estamos com 24 das 114 Comarcas do Estado - ainda temos que crescer muito. Inclusive a ideia desta audiência pública é de divulgar o trabalho da Defensoria, mas, sem dúvida, precisamos crescer muito ainda.

Com relação ao nosso colega - Clayderman, se você puder esperar, depois eu queria conversar contigo um pouco -, a Defensoria Pública tem todo interesse de atuar na população de rua, que realmente é um público-alvo. E não há impedimento nenhum em atender esse cidadão em vulnerabilidade não só financeira, mas da própria situação do momento, de atender a pessoa de todas as formas, independentemente de ela ter residência fixa ou não - isso tem como atender. Inclusive nos próprios Caps, Caps AD, quando a Defensoria é chamada, ela vai lá fazer uma visita, procura conhecer as necessidades da pessoa para, em parceria com o próprio Caps, tentar ajudá-la. Isso já aconteceu em Chapecó, em Blumenau - falando um pouco da minha atuação.

Nós temos este interesse de tentar entender e de buscar o que se está precisando para a Defensoria Pública ser mais uma força, a fim de se tentar brigar para a melhoria daquele serviço. Mas até para isso é importante que cresçamos também, porque hoje somos 105 Defensores no Estado. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) dá mais ou menos a dimensão de que Santa Catarina necessita de 509 Defensores Públicos. E é possível chegar a esse número; existem muitos mais do que isso em relação a Juizes, Promotores. Então, temos como chegar a 509 Defensores. E é bom deixar bem claro que há muita dúvida se 509 Defensores seriam suficientes para atuar em todo o Estado, porque esse número não parece tão grande, mas é possível atuar com 509 Defensores em todo o Estado. Um exemplo disso foi o que falei sobre o que dois Defensores fazem em relação ao Núcleo Recursal.

Então, nessa minha segunda manifestação, eu queria dizer que foi mostrado aqui o nosso trabalho nesses dois anos. Mas agora o que desejamos é continuar trabalhando e continuar crescendo exatamente para a população em geral não ter mais dúvida de onde fica a Defensoria Pública, e para a população vulnerável, de extrema vulnerabilidade como a população de rua, ser atendida de forma adequada pelo Estado. É obrigação o Estado proteger essa população, e o Estado, através da Defensoria Pública, pode fazer isso.

Este é um dia muito feliz por podermos apresentar esses números, mas de fato precisamos ampliar os serviços da Defensoria Pública. Por isso, contamos muito com esta Casa. É de extrema importância que a Assembleia Legislativa do Estado apoie a Defensoria Pública. [Taquígrafa- Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Revisão final: Denise Videira Silva] A gente, hoje, não participa do Plano Plurianual e precisamos participar desse Plano, pois sem ele não há uma garantia de como vai ser o crescimento da Defensoria Pública. Ela tem que estar ali dentro e a gente precisa da ajuda desta Casa para isso.

A Defensoria Pública, como dito aqui pelos colegas, tem que ter um crescimento para em oito anos, no mínimo, chegar com um Defensor em cada Comarca. Mas a gente pode chegar antes disso. É preciso acelerar esse crescimento para que não se espere chegar oito anos para depois... Não, a gente tem que chegar em oito anos com Defensores em todas as Comarcas. Onde tem um Juiz, onde tem um Promotor, tem que ter um Defensor Público.

Com esta audiência a gente pretende pedir o apoio que já é dado por muitas Câmaras de Vereadores para que a Defensoria Pública cresça e se faça cumprir a Emenda Constitucional nº 80.

Há um órgão dentro da Defensoria que é chamado Ouvidoria Externa. A Defensoria Pública é uma instituição tão democrática que dentro dela existe um órgão para a participação da população e os rumos da própria Defensoria. Nenhuma outra instituição tem uma Ouvidoria Externa como a Defensoria tem, tão forte. Mas a gente precisa fazer essa Ouvidoria existir, e para isso é preciso o apoio da Casa. A Defensoria Pública não tem dúvidas de que, junto com a população, vai crescer e vai crescer rápido; é preciso trazer a população para trabalhar junto com os Defensores. Então, a gente precisa ter o quanto antes a efetivação dessa Ouvidoria Externa que já está em nossa estrutura.

A gente precisa, junto com o Plano Plurianual, ter uma participação vultosa em relação à... vultosa não é palavra, mas que acompanhe o crescimento do Orçamento. Esse Plano Plurianual tem que acompanhar o Orçamento. A Casa tem que lutar para que a Defensoria Pública receba um Orçamento para poder ampliar os seus serviços.

Emblemática, mais uma vez, esta audiência pública, porque estamos aqui mostrando o trabalho e dizendo: a gente quer crescer. Mas a gente precisa de apoio, e o apoio passa por todos esses planos que as Constituições tanto federal como estadual determinam para que se estruture uma instituição pública.

Sobre a Frente Parlamentar a Deputada já falou aqui.

Ficou para o final, mas não é menos importante, que a gente vai passar por uma transição e essa transição precisa ser apoiada pela AleSC. A Defensoria Pública é uma instituição totalmente autônoma porque, como os senhores viram aqui, a gente litiga muito contra o Estado. Imaginem se a Defensoria Pública não fosse autônoma em relação ao Estado? O Governador do Estado iria falar: "Não faça isso." Mas não é isso que a Defensoria Pública propõe; ela propõe que o cidadão carente tenha, de fato, seus direitos efetivados. Exatamente aí que a Constituição Federal determinou autonomia total à Defensoria Pública, seja ela administrativa, funcional ou financeira. Administrativa quer dizer a Defensoria Pública pode comandar seus próprios atos, não cabendo ao Governador do Estado ou ao Presidente da Assembleia Legislativa dizer o que o Defensor Público vai fazer, porque ele tem que se pautar pelo que ele acha que é melhor para a população carente. Para isso, é muito importante que a gente faça o quanto antes - já tem uma data, espero eu - essa transição. Hoje, a nossa Defensoria Pública é gerida por indicações do governo do Estado, porque não existiam Defensores Públicos com os requisitos que a lei determina. Então, foram indicadas três pessoas de fora da carreira para administrá-la.

Em abril de 2016, teremos colegas com todos os requisitos que a lei determina. Esperamos que essa transição ocorra. Precisamos muito do apoio da AleSC. Quanto antes os Defensores Públicos que os senhores viram aqui presentes prestigiando esta audiência, legitimando-a com o trabalho realizado, assumirem a instituição, acredito que a gente vai avançar ainda mais. Contamos com o apoio da Casa para que legitime e ajude que essa transição ocorra da melhor forma possível e que, de uma vez por todas, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina seja autônoma e independente como a Constituição Federal determina.

Eu queria fazer a entrega formal da moção de Palhoça. Agradeço ao colega George. É uma moção de apoio do Município de Palhoça endereçada ao Presidente desta Casa e que eu passo às mãos do Deputado Dirceu para que possa fazer o encaminhamento.

(O senhor Defensor João Joffily Coutinho entrega moção de apoio do Município de Palhoça ao Deputado Estadual Dirceu Dresch.)

Obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Com a palavra o Deputado Estadual Dirceu Dresch, para suas considerações finais e encaminhamentos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Pessoal, estou muito feliz por estar com vocês nesta noite e poder acompanhar essas informações. Para nós, isso é extremamente importante.

Quando eu assumi a Comissão de Direitos Humanos, a gente via no Estado a liderança política negar essas questões que hoje a Defensoria Pública mostra, dos grandes gargalos sociais que a gente tem no Estado. Aqui não se admite que tenha pessoas em vulnerabilidade social, aqui não se admite pobreza... Vende-se para o País e para o mundo que este Estado é uma maravilha, sem problemas sociais. Eu falava para a Deputada Luciane que para nós, que atuávamos nessa área social - aqui dentro, inclusive -, isso é uma grande dificuldade, porque mesmo nesta Casa temos muita dificuldade de fazer essa discussão.

Quando eu vejo vocês atuando aqui e falando da situação do Estado, mostrando o que a própria mídia catarinense não mostra, é um grande desafio para nós todos. Então, eu fico feliz com esses dados, com essas informações, porque elas nos dão mais força para podermos atuar com esses números extraordinários. Fico feliz; quem lutou como a gente lutou com vocês para a criação da Defensoria Pública fica feliz de mostrar para a sociedade que estamos corretos nessa luta e que precisamos ampliá-la.

Eu quero já propor um encaminhamento: que nós tenhamos nesta Casa o espaço que têm hoje os outros órgãos. Vem o Tribunal de Contas, vem o Ministério Público fazer as suas apresentações. Que vocês tenham o seu espaço anual para fazer uma apresentação desses dados para todos os Deputados e para toda a população catarinense, através da TVAL. Então, vamos garantir esse encaminhamento aqui na Casa. Peço o apoio da Deputada.

Como segunda questão, temos disposição - vamos ver como viabilizar - de fazer uma cartilha, através da Comissão, mostrando à população catarinense o que faz parte dos direitos humanos, o papel da Defensoria, onde ela se encontra, quem sabe alguns dados. Também vamos assumir esse encaminhamento com vocês.

Nós estamos agora iniciando o roteiro do Plano Plurianual da Assembleia Legislativa. Precisamos organizar e discutir isso para frente. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini.] Temos um calendário: última semana de junho, primeira semana de julho e primeira semana de agosto, para realizar 32 audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado. Gostaríamos, principalmente nos lugares onde hoje está atuando a Defensoria Pública, que a gente pudesse organizar vocês - e talvez a comunidade regional, as entidades assumissem junto -, para irem à audiência pública levantar essa demanda. Isso nos ajuda, depois, a defender aqui dentro. Então, esse é outro encaminhamento que entendo importante aqui: que a Defensoria esteja dentro do Orçamento, no Plano Plurianual.

A Frente Parlamentar tem a disposição de contribuir, Deputada Luciane. Normalmente, aqui na Casa, quem propõe coordena, então V.Exa. tem a disposição de estar junto atuando nessa Frente Parlamentar - mesmo porque eu já presido duas, então presidir mais uma não é possível (ri).

Outra questão é a nossa defesa da autonomia. Entendemos que precisamos tê-la, e felizmente chega, no início do ano que vem, a possibilidade de dar mais autonomia à Defensoria, porque hoje os Defensores-Gerais do Estado ainda são escolhidos por indicação política. Então, entendemos que isso é extremamente importante.

Quando você fala da comissão externa, talvez a Frente Parlamentar também possa suprir um pouco essa demanda da participação da sociedade, da Assembleia, nesse debate todo. Temos essa disposição.

Estou muito feliz em estar aqui com vocês. Infelizmente, eu tinha outros compromissos agendados quando foi aprovada a data de hoje. Eu iria para o oeste, mas o tempo ajudou para que eu estivesse aqui porque não consegui descer em Chapecó e acabei ficando, o que foi muito positivo. Assumi também esse compromisso pela Comissão, junto com vocês e com a Deputada Luciane Carminatti.

Portanto, sucesso para vocês, bom trabalho e vamos estar juntos fortalecendo essa caminhada. Como diz o João, no ano que vem vamos ocupar aquele plenário grande, lá em cima, que com certeza vai estar cheio.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** - Acho que várias questões que eu havia registrado como encaminhamento o Deputado Dirceu já falou, mas só vou retomar. Há necessidade de divulgação da Defensoria. Temos consenso nisso? Não só quanto aos locais aqui levantados, mas também sobre qual o seu papel e o público atingido. Acho que podemos combinar tanto a cartilha da Comissão como pequenos vídeos, que hoje são de fácil divulgação nas redes sociais. Vocês têm muito material bom que dá para trabalhar.

Então, a divulgação é uma sugestão e inclusive não só a Comissão, mas a Assembleia pode ajudar na viabilização da cartilha. Nós temos um setor de comunicação forte aqui na Casa que pode, num debate com a Presidência da Casa, garantir quem sabe a viabilização de um vídeo institucional ou de pequenas vinhetas, que facilitam também. Uma trabalha a saúde, outra a moradia, outra a educação, pega por temas, porque acho que vocês têm que divulgar isso que está sendo feito.

Quero aqui já aproveitar para dizer da minha satisfação, pois quando falávamos da audiência eu peguei no pé e disse: "Olha, mas não tragam só números". Porque os números são frios, né? As pessoas falando é diferente. Dá vida. Então, parabéns pela organização de vocês.

Sobre a questão do PPA, da Lei Orçamentária, de todo o debate orçamentário e também do Plano Plurianual, quero dizer mais aqui. A Assembleia tem a prerrogativa de todos os anos fazer as audiências do Orçamento Regionalizado. Mesmo que seja aprovado ou não, o debate sobre a Defensoria ir para as audiências vai

ganhando corpo. Vamos ter um calendário, vamos divulgar a vocês e isso pode ser incluído.

A Frente Parlamentar terá que abocanhar todas as ações aqui levantadas e proponho que, após a instalação da Frente, possamos combinar com vocês um planejamento dessas ações. Porque senão várias questões foram aqui levantadas e vamos ficar esperando por vocês e vocês nos esperando. Sou professora e gosto muito do planejamento, sou muito metódica nisso e acho que tudo o que foi levantado aqui vai para um planejamento rápido - quem faz, quando, de que forma -, e assim vamos ganhando corpo.

Quanto à Ouvidoria Externa, acho muito importante isso, permitir que cheguem essas demandas também. Tenho para mim que um dos maiores desafios que vamos enfrentar é o da autonomia da Defensoria. Nisso, como se diz no linguajar popular, o bicho pega. Porque, apesar de termos avançado na sociedade e aqui dentro, no espaço do Legislativo, quem quer uma Defensoria atrelada não vai concordar com essa idéia da autonomia. E uma das formas de atrelar é não permitir que os três cargos sejam eleitos democraticamente pela Defensoria ou que haja recursos para decidir onde aplicar e de que forma - funcional, administrativa, financeira. Então aqui vamos ter que nos preparar para essa batalha, porque tenho certeza de que ela será grande.

Quero dizer que esse é o nosso papel: juntar a força política com a força da sociedade e da Defensoria. Nessa junção nós temos mais força, trabalhando juntos. Então, a Frente Parlamentar teria esta finalidade: acolhe todas as demandas propostas aqui e as organiza. Depois vou dar para o Deputado Dirceu assinar - eu já assinei (ri) -, pois somos os dois proponentes da Frente Parlamentar. Eu dizia para o Ronaldo, João, que vamos fazer a seguinte proposta: eu me dou ao trabalho de conversar com cada líder de cada partido, para que cada partido indique um Deputado. Tudo bem? Porque aí teremos uma Frente Parlamentar composta por todos os partidos desta Casa. Pode ser assim?

Então, depois vamos fazer a devida assinatura e o registro fotográfico, mas quero agradecer muito aqui a presença de vocês todos. Dizer que faltou uma coisa aqui, porque eu sempre falo que em aniversário tem que ter bolo, né? Não é verdade? Em dois anos não tem bolo! Como não tem bolo? (Ri.)

Brincadeiras à parte, o Deputado Dirceu falava aqui sobre a realidade do Estado. Nós, Parlamentares, que estamos no dia a dia da população, muitas vezes nos sentimos acuados, porque falar de um Estado maravilhoso, desenvolvido, com o PIB alto, com a indústria crescendo, e que tem cem mil famílias com a Bolsa Família, parece que estamos inventando isso.

Santa Catarina não tem pobreza, né, padre? Não tem, né! É coisa dos nossos olhos, só nós que enxergamos. Nós enxergamos moradores de rua, pessoas que não têm acesso à inclusão, falta de acessibilidade, falta de creche, falta de escola de qualidade. Estão aí os nossos professores em greve. Nós temos presídios superlotados; temos hospitais que ainda nem receberam as parcelas do governo do Estado dos últimos meses, com parcelas atrasadas. Tudo isso nós estamos inventando. Que bom se fosse uma invenção, né? Uma novela, uma peça fictícia. Mas, infelizmente, é a realidade, e essa realidade precisamos mudar - por isso é que existe a Defensoria Pública.

Agradeço muito a presença de cada um e de cada uma.

Quero chamar aqui à frente o José, o João e também a Lara, que representa junto com o padre, para não ficar só a Defensoria e o Parlamento... pode ser? Se assim vocês se sentirem representados. Também, quem sabe, a nossa companheira venha para cá representando uma das entidades que estava aqui na mesa. E junto com o Deputado Dirceu nós vamos fazer, então, a demonstração do nosso compromisso com a Frente Parlamentar para consolidar a Defensoria Pública em Santa Catarina.

Boa-noite a todos, e que tenhamos o terceiro ano da Defensoria com bolo, com festa e comemorando todas essas conquistas.

Obrigada. (Palmas.)

(Fazem o registro fotográfico do compromisso assumido.)

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública. (Não revista pelos oradores.) (Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencourt)

**DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCHE**  
**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI**  
**PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

OBJETO: **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DO SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL DA ALESC**

DATA: 28/07/2015 - HORA: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de julho de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 13 de julho de 2015.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO****EXTRATO Nº 092/2015**

REFERENTE: Contrato nº 021/2015 celebrado em 13/07/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- ECT

OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:

1) Prestação pela **ECT**, de serviços e venda de produtos que atendam às necessidades da **CONTRATANTE**.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.680.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização para Processo Licitatório nº 033/2015-LIC; Dispensa de Licitação nº 003/2015; Ato da Mesa 128, de 27/fevereiro/2015; Autorização administrativa.

Florianópolis/SC, 13 de julho de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor- Geral

Fabício José Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo

Paulo Oliveira de Andrade- Diretor Regional

Paulo Roberto Zucco- Coordenador Regional de Negócios

\*\*\* X X X \*\*\*

**LEI COMPLEMENTAR****LEI COMPLEMENTAR Nº 652, DE 13 DE JULHO DE 2015**

Altera a Resolução nº 001, de 2006, que dispõe sobre a organização administrativa da Alesc, e a Resolução nº 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Alesc, ambas convalidadas pela Lei Complementar nº 642, de 2015, para o fim de reorganizar a estrutura administrativa, no âmbito da Diretoria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Eventos, e dispor sobre a Comissão Legal de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, em exercício, nos termos do art. 54, § 3º da Constituição do Estado, promulga a presente Lei Complementar:

Art. 1º A Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14 .....

I - .....

d) de Sessões Solenes e Especiais.

.....” (NR)

.....

“Art. 22 .....

.....

VIII - monitorar os serviços de multimídia e de sonorização do Plenário;

.....  
XV - assessorar a Mesa na condução das Sessões Solenes e Especiais, internas e externas.” (NR)

## TÍTULO III

.....  
“Art. 57. Estão vinculadas e subordinadas à Coordenadoria de Eventos a Gerência de Cerimonial, a Gerência Cultural e a Gerência de Sessões Solenes e Especiais.

.....  
IV - à Gerência de Sessões Solenes e Especiais compete, especialmente:

a) agendar, organizar e coordenar a realização de Sessões Solenes e Especiais;

b) prestar orientação aos proponentes das Sessões Solenes e Especiais;

c) elaborar texto e providenciar a confecção de placas de homenagem;

d) elaborar os roteiros das Sessões Solenes e Especiais;

e) apoiar a Gerência de Cerimonial nas providências relativas às Sessões Solenes e Especiais; e

f) apoiar o registro de autoridades.” (NR)

## CAPÍTULO III

## “Seção VIII

Da Diretoria de Comunicação Social

Art. 66-B Estão vinculadas e subordinadas à Diretoria de Comunicação Social a Gerência de Publicidade, a Gerência de Redes Sociais e a Gerência de Comunicação Social.

§ 1º À Gerência de Publicidade compete, especialmente:

I - elaborar projetos básicos para contratação;

II - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de publicidade;

III - planejar campanhas publicitárias;

IV - gerenciar o desenvolvimento criativo de campanhas publicitárias;

V - supervisionar e monitorar a execução das campanhas publicitárias; e

VI - acompanhar as oportunidades de mercado do setor de comunicações.

§ 2º À Gerência de Redes Sociais compete, especialmente:

I - representar a Assembleia Legislativa nas mídias sociais;

II - acompanhar a imagem do Poder Legislativo nas mídias sociais;

III - produzir e supervisionar a produção de conteúdos para as mídias sociais;

IV - apresentar relatórios contendo a repercussão nas redes sociais de assuntos tratados na Assembleia Legislativa;

V - prestar orientação aos gabinetes parlamentares para o uso de ferramentas de rede social;

VI - orientar os setores da Assembleia Legislativa na criação de ferramentas próprias de mídia social e supervisionar seu uso, zelando para que mantenham as boas práticas do meio digital; e

VII - estabelecer regras para a participação do público e para o uso seguro das ferramentas *on-line*.

§ 3º À Gerência de Comunicação Social compete, especialmente:

I - orientar a produção de conteúdo institucional;

II - orientar a Diretoria em assuntos estratégicos para a boa imagem da Assembleia Legislativa, na produção de pauta, roteiro e textos;

III - orientar os gabinetes parlamentares em assuntos que afetem a imagem da Assembleia Legislativa;

IV - orientar conteúdo aos veículos internos;

V - supervisionar o atendimento à imprensa externa e a recepção dos profissionais de jornalismo; e

VI - autorizar a entrada de profissionais de imprensa fora do horário de expediente para realização de filmagens e entrevistas.” (NR)

## TÍTULO IV

## CAPÍTULO I

## “Seção IX-B

Da Comissão de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social

Art. 75-B. À Comissão de Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social, diretamente vinculada à Chefia de Gabinete da Presidência, com o fim específico de dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, compete:

- I - elaborar o cronograma de atividades e de reuniões da Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social;  
 II - preparar e assessorar as reuniões da Comissão Mista;  
 III - dar publicidade às decisões da Comissão Mista;  
 IV - divulgar, pelas diversas mídias, o processo de certificação de responsabilidade social;  
 V - auxiliar na elaboração de edital;  
 VI - gerenciar o ambiente eletrônico da responsabilidade social;  
 VII - coordenar as atividades de lançamento de edital;  
 VIII - acompanhar o processo de análise do balanço socioambiental e outros documentos;  
 IX - organizar a planilha de pontuação para a premiação de certificação de responsabilidade social;  
 X - coordenar os trabalhos dos *workshops* e seminários;  
 XI - preparar a Sessão Especial de Certificação de Responsabilidade Social; e  
 XII - elaborar relatórios anuais das atividades da Comissão.

.....”(NR)  
 Art. 2º Ficam criadas e acrescidas ao Anexo III-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, a Gerência de Publicidade, código PL/FC, nível 5, a Gerência de Redes Sociais, código PL/FC, nível 5 e a Gerência de Comunicação Social, código PL/FC, nível 5.

Art. 3º O Anexo III-D (Grupo de Atividades de Comissão Legal) da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar de acordo com o Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados o inciso XV do art. 19, a Subseção III e seu art. 61-A da Seção I do Capítulo III do Título III da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de julho de 2015.

Deputado **ALDO SCHNEIDER**

Presidente, em exercício

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo III-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015)

“ANEXO III-D

GRUPO DE ATIVIDADES DE COMISSÃO LEGAL			
COMISSÃO LEGAL	CÓDIGO CORRESPONDENTE	NÍVEL	QUANTIDADE
Sistema de Controle Interno	PL/FC	3	06
Avaliação de Desempenho Funcional		3	06
Permanente de Licitações		3	07
Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros		3	05
Acompanhamento de Contas Públicas		3	04
Recebimento de Materiais		3	04
Avaliação de Bens Inservíveis		3	03
Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância		2	03
Transparência Institucional		3	05
Assessoramento ao Programa de Certificação de Responsabilidade Social		3	05

”(NR)

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 1984, de 13 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
7290	MOACIR DA SILVA	30	11/5/2015	3162/2015

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1985, de 13 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 1863, de 30 de junho de 2015, que nomeou a servidora **VERA MARISA DE SOUZA SILVEIRA**, matrícula nº 8083.

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1986, de 13 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta do Processo nº 2593/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER** ao servidor **EDUARDO LUIZ VENTURIN**, matrícula nº 6318, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 5 de abril de 2010 e 20 de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1987, de 13 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CLAUDIA FÁTIMA DAL PIZZOL**, matrícula nº 7097, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Julho de 2015 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1988, de 13 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SUZANA MARCHEZINI BOLSONI, matrícula nº 6611, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-70, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de Julho de 2015 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1989, de 13 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR ROGÉRIO DE PAULA NETO** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luciane Maria Carminatti - Caçador).

Carlos Alberto de Lima Souza  
 Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*